

# AS RELAÇÕES ENTRE PÚBLICO E PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA DO CEARÁ

Arlane Markely dos Santos Freire  
Universidade de São Paulo  
arlanemarkely@usp.br

## Introdução

No Brasil, as relações entre o público e o privado se desenvolvem por vias distintas, ganhando destaque a partir dos anos 1990, e estão inseridas no processo de formulação e regulação de políticas públicas. As reformas iniciadas nesse período estão vinculadas a novos modelos de governança e a processos mais amplos de redefinição das formas de atuação do Estado. Nessa perspectiva, as políticas sociais tornam-se arenas de disputas entre o setor público e o setor privado.

Na educação básica, as iniciativas privatistas ocorrem dentro do sistema público e envolvem princípios e estratégias que afetam diretamente a gestão educacional. Diversas pesquisas nacionais têm destacado os elementos para compreender a relação entre o setor público e o privado nesse contexto. Nesse cenário, a configuração do setor não estatal redefine a natureza da propriedade, transformando-a de estatal para uma instituição de direito público (Adrião; Peroni, 2009). Exemplo do que se tem consolidado no âmbito nacional é a atuação do Instituto Unibanco, do Instituto de Corresponsabilidade Educacional, da Fundação Lemann, da “rede” de empresários “Todos pela Educação” e do Instituto Ayrton Senna, cujas parcerias com redes estaduais e municipais de ensino aumentaram nos últimos anos (Adrião, 2022, destaque da autora).

No Ceará, segundo Silva (2023), nos últimos 15 anos a educação tem se destacado como uma referência nacional, sendo até considerada um modelo a ser seguido devido aos índices alcançados em avaliações externas. Com objetivo de cumprir metas, referentes a essas avaliações, os governos passaram também a celebrar convênios com institutos privados que têm atuado na reforma educacional cearense. Isso ocorre, porque os princípios empresariais que se manifestam na política educacional cearense têm como alicerce a gestão por resultados.

Neste trabalho, apresentamos as contribuições de pesquisas que têm abordado as relações estabelecidas com grupos de natureza privada, contratados pelas secretarias de educação, que tem entre seus objetivos melhorar o desempenho das redes de ensino nessas

avaliações. As análises apresentadas aqui estão diretamente relacionadas ao projeto de tese, atualmente em fase inicial, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

## **Metodologia**

O estudo está baseado em um processo de revisão bibliográfica. Foram selecionadas produções que tratam sobre privatização na educação e relação público-privado. Para investigar essas questões, realizamos um levantamento da produção acadêmica no Banco de Teses e Dissertações (BDTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na base de grupos de pesquisa de pós-graduação dedicados ao estudo do tema, além de sites do governo do estado do Ceará e de municípios.

## **Resultados e discussão**

Adrião (2018), ao realizar o mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015)<sup>8</sup> identificou que desde 1998, no estado do Ceará, ocorre a inserção do setor privado na rede estadual de educação nas dimensões da oferta, da gestão e do currículo. Com base no mapeamento citado, Pereira (2021), localizou um total de 19 programas implantados no estado do Ceará que tiveram a participação de atores privados. Tais programas têm como público-alvo gestores, professores e estudantes, com maior incidência nos últimos. A dimensão do currículo é que apresenta um número superior de atores privados comparado às demais dimensões. As “parcerias” firmadas por meio da Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC) se consolidam, inclusive, com instituições privadas oriundas de outros estados brasileiros.

A exemplo dessa relação entre público e privado, desde fevereiro de 2021, através do Programa Mais Infância Ceará, o estado tem desenvolvido ações com foco na parentalidade, gestão e cidades junto às fundações Maria Cecília Souto Vidigal, Bernard Van Lee e Porticus. Inicialmente o processo de implantação dessas ações foi firmado a partir de compromisso junto a prefeitos de 24 municípios do estado (Ascom, 2021).

---

<sup>8</sup> Trata-se da pesquisa: Mapeamento das Estratégias de Privatização da Educação Básica no Brasil, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional (Greppe) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob coordenação da professora Theresa Adrião.

Destaca-se, também, a celebração de convênios entre instituições privadas e redes municipais de ensino em vários municípios. Em Juazeiro do Norte, em 2019, foi estabelecida uma parceria com a Fundação Lemann para apoiar a implementação do Plano de Metas e Ações de Proficiência e Fluxo. Em Sobral, referência nacional em avaliações externas, destaca-se o Termo de Cooperação assinado com o Instituto Ayrton Senna em 2018, com o objetivo de integrar competências socioemocionais nas escolas da rede municipal de ensino.

Municípios como Camocim, São Gonçalo do Amarante, Uruoca, Jaguaruana e outros adotaram o projeto Avalia Brasil, que proporciona material didático focado nos descritores das avaliações externas para alunos do 5º e 9º ano do ensino fundamental, em colaboração com a Inovativa Editora. Este projeto também oferece formação continuada para educadores, conduzida pela empresa Tendência Educacional.

Em consonância às políticas já destacadas, em 2022, Fortaleza firmou um acordo com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para a gestão de creches na Rede Municipal de Ensino ao longo do ano letivo. Neste mesmo cenário, Maia e Oliveira (2019) também analisam a atuação do Instituto Unibanco no processo de recontextualização das formações dos gestores de escolas estaduais de ensino médio regular do estado do Ceará, no âmbito da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE) de Russas, Crede 10. Os resultados da pesquisa realizada no período de 2016 a 2018 apontam que a “parceria” firmada com o instituto repercuti nas ações dos gestores, “que vêm adquirindo características híbridas no sentido de readequar seu trabalho, levando em conta o ranqueamento dos resultados das avaliações externas” (*Idem.*, p. 1621).

Em pesquisa mais recente, Silva (2023) analisa o que denomina de reforma empresarial branda, que ocorre quando um projeto de raiz democrática e progressista é adaptado às exigências do mercado e às práticas gerencialistas. Ao tratar sobre o assunto, a sua investigação compreende que “há uma espécie de amálgama entre os paradigmas ideopedagógicos contidos na Tecnologia Empresarial Socioeducacional com os do Circuito de Gestão do instituto Unibanco (*Idem.*, p. 84)”. Ao afirmar isso, o autor remete-se aos estudos que identificaram a participação ativa de institutos privados, junto a SEDUC/CE a partir de 2008, entre eles o Instituto Unibanco. Destaca-se também a formação dos docentes que vem sendo permeada por diferentes instituições que se organizam em redes, a exemplo do material de formação para os professores das redes municipais que tem como parceira a Associação Nova Escola.

As ações que se desenvolvem nos remonta ao que Adrião (2018) aponta como formas de privatização da educação através das dimensões da oferta, da gestão educacional e escolar e do currículo. No que concerne à direção que esses convênios vão se firmando, destaca-se o papel central que as políticas de avaliação externa ocupam. A pesquisa de Silva (2023) enfatiza que a consolidação dos convênios entre SEDUC/CE e os institutos, tem o intuito de cumprir as metas de qualidade estabelecidas pelo Spaece.

Para além do discurso de como o empresariado vai se consolidando, Silva (2023), formula a categoria de ofensiva ideopedagógica. Trata-se da infusão dos interesses dominantes no interior das políticas educacionais que ocorre por meio das formulações e proposições teóricas dos institutos empresariais, e que no caso cearense se consolida através de projetos e ações junto a SEDUC/CE, visando influenciar currículos, métodos de ensino e práticas pedagógicas alinhadas com uma lógica de mercado. Esse tipo de estratégia não apenas redefine os objetivos da educação pública, mas também reforça a privatização do setor ao integrar o setor privado de maneira cada vez mais profunda na gestão e nas decisões educacionais do estado.

## **Conclusão**

As análises apresentadas demonstram que as ações cearenses não apenas se alinham ao contexto nacional, mas também apresentam suas próprias especificidades. As pesquisas utilizadas identificam atividades voltadas majoritariamente para o ensino médio. No entanto, com base na breve coleta de dados ,observamos que os processos de privatização estão penetrando nas redes municipais de ensino. Isso nos lança o desafio de compreender como a atuação do setor privado tem se consolidado, ou não, por meio de políticas educacionais direcionadas à educação infantil e ao ensino fundamental. Compreender de forma mais aprofundada como os processos de privatização tem ocorrido no Ceará é um caminho longo a percorrer. São essas considerações que nos conduzem a examinar as configurações nas quais os grupos empresariais se inserem no estado, e entender os vínculos que estão sendo estabelecidos entre governos e setor privado.

## **Referências**

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília, DF: ANPAE, 2022.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ADRIÃO, T; PERONI, V. M. V. A educação pública e sua relação com o setor privado: implicações para a democracia educacional. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 3, n. 4, p. 107-116, jan./jun. 2009.

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO. Vice-governadoria [portal]. Fortaleza, 04 fev. 2021. **Governo do Ceará firma parceria na promoção do desenvolvimento infantil em 24 municípios do Estado**. Disponível em: <https://www.vicegov.ce.gov.br/2021/02/04/governo-do-ceara-firma-parceria-na-promocao-do-desenvolvimento-infantil-em-24-municipios-do-estado/>. Acesso em: 12 jul. 2024.

MAIA, E. R; OLIVEIRA, M. B. Formação de gestores escolares cearenses no contexto das parcerias público-privadas. **e-Curriculum**, São Paulo , v. 17, n. 4, p. 1604-1625, out. 2019.

PEREIRA, E. M. Estratégias de privatização da Educação Básica no Ceará: atores, programas e consequências para a educação pública estadual (2005-2018). *In*: VENCO,S; BERTAGNA ,R. H; GARCIA ,T .**Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidência de atores privados nos sistemas estaduais das regiões Nordeste e Sudeste (2005-2018)**. Coleção Estudos sobre a privatização no Brasil, v. 3. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021.

SILVA, P. C. D. **Ofensiva ideopedagógica dos institutos empresariais no Brasil: uma análise a partir da realidade cearense**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023